



Novos Cadernos NAEA

v. 29, n. 2 • maio-ago. 2026 • ISSN 1516-6481/2179-7536



**DA POLÍTICA À EVIDÊNCIA:
INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR
E DESENVOLVIMENTO LOCAL A PARTIR DO
CASO UFOPA EM SANTARÉM**

**FROM POLICY TO EVIDENCE: HIGHER EDUCATION
INTERIORIZATION AND LOCAL DEVELOPMENTFROM
THE UFOPA CASE IN SANTARÉM**

*DE LA POLÍTICA A LA EVIDENCIA: INTERIORIZACIÓN
DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR Y DESARROLLO LOCAL
A PARTIR DEL CASO UFOPA EN SANTARÉM*

André Felipe Canuto Coelho  

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil

Thatiane da Silva Vieira  

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém, PA, Brasil

RESUMO

Este artigo analisa em que medida a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em 2009, alterou a trajetória de indicadores socioeconômicos do município de Santarém, no contexto da política federal de interiorização do ensino superior. O problema de pesquisa decorre da distância entre a centralidade atribuída às universidades públicas no desenvolvimento regional e a escassez de avaliações empíricas voltadas à Amazônia. Metodologicamente, o estudo combina revisão de literatura sobre interiorização, desenvolvimento regional e universidades públicas com um desenho quantitativo baseado em séries temporais interrompidas, aplicadas a seis indicadores anuais observados entre 1999 e 2019: internações hospitalares, funções docentes no ensino fundamental, consumidores residenciais de energia elétrica, vínculos formais de emprego, arrecadação de ISS e arrecadação de ICMS. Os resultados mostram efeitos mais robustos nas dimensões demográfico-urbana e de saúde, com destaque para a aceleração do consumo residencial de energia e para a reconfiguração da série de internações. Já os efeitos sobre educação básica, emprego formal e arrecadação tributária foram inexistentes, ambíguos ou estatisticamente não detectáveis. Conclui-se que a UFOPA atua como vetor relevante, porém desigual, de desenvolvimento local, com impactos mais visíveis sobre urbanização, centralidade regional e pressão sobre serviços públicos do que sobre a estrutura produtiva e fiscal do município.

Palavras-chave: Interiorização do ensino superior. Desenvolvimento regional. Avaliação de políticas públicas. Série temporal interrompida. UFOPA.

ABSTRACT

This article examines whether the creation of the Federal University of Western Pará (UFOPA) in 2009 changed the trajectory of socioeconomic indicators in Santarém within the broader federal policy of higher education interiorization. The research problem stems from the gap between the strategic role assigned to public universities in regional development and the scarcity of empirical evaluations focused on the Amazon. Methodologically, the study combines a literature review on higher education interiorization, regional development and public universities with a quantitative design based on interrupted time series applied to six annual indicators observed between 1999 and 2019: hospital admissions, teaching positions in primary education, residential electricity consumers, formal employment ties, ISS tax revenue and ICMS tax revenue. The findings reveal stronger effects in the urban-demographic and health dimensions, especially through the acceleration of residential electricity consumption and the reconfiguration of the hospital admissions series. By contrast, effects on primary education, formal employment and tax revenue were absent, ambiguous or statistically undetectable. Because concurrent shocks cannot be fully isolated, the coefficients are interpreted as temporally plausible associations rather than definitive causal estimates. The article concludes that UFOPA operates as a relevant but uneven vector of local development, with clearer impacts on urbanization, regional centrality and pressure on public services than on the municipality's productive and fiscal structure.

Keywords: Higher education interiorization. Regional development. Public policy evaluation. Interrupted time series. UFOPA.

RESUMEN

Este artículo analiza en qué medida la creación de la Universidad Federal del Oeste de Pará (UFOPA), en 2009, alteró la trayectoria de indicadores socioeconómicos del municipio de Santarém, en el marco de la política federal de interiorización de la educación superior. El problema de investigación surge de la distancia entre la centralidad atribuida a las universidades públicas en el desarrollo regional y la escasez de evaluaciones empíricas centradas en la Amazonia. Metodológicamente, el estudio combina una revisión bibliográfica sobre interiorización, desarrollo regional y universidades públicas con un diseño cuantitativo basado en series temporales interrumpidas, aplicado a seis indicadores anuales observados entre 1999 y 2019: hospitalizaciones, funciones docentes en la educación primaria, consumidores residenciales de energía eléctrica, vínculos formales de empleo, recaudación del ISS y recaudación del ICMS. Los resultados muestran efectos más robustos en las dimensiones urbano-demográfica y sanitaria, especialmente por la aceleración del consumo residencial de energía y la reconfiguración de la serie de hospitalizaciones. En cambio, los efectos sobre educación básica, empleo formal y recaudación tributaria fueron inexistentes, ambiguos o estadísticamente no detectables. Dado que el diseño no aísla por completo los choques concurrentes, los coeficientes se interpretan como asociaciones temporalmente plausibles. Se concluye que la UFOPA actúa como vector relevante, aunque desigual, del desarrollo local, con impactos más visibles sobre urbanización, centralidad regional y presión sobre los servicios públicos que sobre la estructura productiva y fiscal del municipio.

Palabras-clave: Interiorización de la educación superior. Desarrollo regional. Evaluación de políticas públicas. Serie temporal interrumpida. UFOPA.

1 INTRODUÇÃO

A expansão do ensino superior público federal no Brasil, sobretudo a partir dos anos 2000, foi concebida simultaneamente como política educacional e territorial. O objetivo não se restringia à abertura de vagas: buscava redistribuir capacidades estatais, reduzir desigualdades espaciais e ampliar a oferta pública em regiões historicamente subatendidas. A criação de universidades e campi no interior consolidou essa orientação institucional (Brasil, 2012, 2014).

A interiorização respondeu a um padrão tardio e concentrado de expansão da educação superior. Para parcelas expressivas da população, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, a inexistência de instituições próximas convertia distância geográfica, custos de permanência e necessidade de migração em barreiras efetivas de acesso (Barros, 2015; Trevisol; Nierotka, 2016).

A política também foi justificada por efeitos que ultrapassam o ensino. Universidades públicas formam profissionais, atraem estudantes e servidores, ampliam a circulação de renda e estimulam a demanda por moradia, transporte, energia e serviços. Em cidades médias, podem atuar como instituições âncora, embora sua capacidade transformadora dependa da estrutura econômica prévia e da articulação com outras políticas públicas (Barbosa; Petterini; Ferreira, 2020; Hoff; Pereira; Paula, 2017).

Na Amazônia, essa relação é particularmente relevante. Longas distâncias, redes urbanas assimétricas e oferta desigual de serviços tornam a universidade uma infraestrutura permanente de presença estatal. Criada em 2009, a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) foi concebida como instituição multicampi, sediada em Santarém e orientada à formação de capacidades científicas e tecnológicas vinculadas aos desafios regionais (UFOPA, 2019).

Apesar da centralidade normativa atribuída à interiorização, ainda são limitadas as avaliações empíricas de seus efeitos territoriais, sobretudo em municípios amazônicos. Parte da literatura permanece descritiva ou institucional, o que dificulta distinguir expectativas plausíveis de impactos efetivamente detectáveis (Carmo; Almeida; Queiroz, 2023).

Este artigo investiga em que medida a criação da UFOPA se associou a mudanças na trajetória de indicadores socioeconômicos de Santarém. A hipótese é deliberadamente restrita: a presença da universidade pode produzir efeitos locais relevantes, mas esses efeitos tendem a ser seletivos, graduais e mediados pela centralidade regional preexistente do município.

O estudo utiliza séries temporais interrompidas aplicadas a seis indicadores anuais observados entre 1999 e 2019. No eixo social, examinam-se internações hospitalares por residência, funções docentes no ensino fundamental e consumidores residenciais de energia elétrica. No eixo econômico, analisam-se vínculos formais de emprego e arrecadações deflacionadas de ISS e ICMS.

Os resultados indicam padrão heterogêneo. Os sinais mais consistentes aparecem em variáveis sensíveis à intensificação de fluxos urbanos e populacionais: consumidores residenciais de energia e internações hospitalares. Emprego formal, educação básica e arrecadação tributária não apresentaram rupturas equivalentes. A contribuição do artigo consiste em substituir uma narrativa genérica de desenvolvimento por um mapa empiricamente delimitado de efeitos territoriais.

Após esta introdução, o texto apresenta o enquadramento teórico e institucional do caso, descreve o desenho empírico, discute os resultados e examina limites, implicações para políticas públicas e agenda de pesquisa.

2 INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O CASO DA UFOPA

A interiorização não pode ser interpretada apenas como expansão administrativa da rede federal. Ela traduz uma concepção de política pública na qual a educação superior opera como instrumento de correção territorial. Ao deslocar unidades para cidades médias e áreas periféricas, o Estado amplia o acesso a um bem público e redistribui infraestrutura institucional (Carmo; Almeida; Queiroz, 2023; Dourado, 2001).

Essa estratégia combina finalidades distributivas e produtivas. A primeira decorre da redução dos custos privados de deslocamento e permanência. A segunda está associada à expectativa de formação de

capital humano, produção de conhecimento e fortalecimento de redes entre governos, sociedade e economia local. O vínculo entre educação, território e desenvolvimento regional não é automático, mas constitui dimensão relevante da política (Lima; Simões, 2009; UNESCO, 2009).

A ampliação da oferta local pode produzir efeitos socialmente expressivos mesmo quando não transforma, no curto prazo, a base econômica municipal. Acesso e permanência são resultados substantivos em territórios nos quais a distância atua como mecanismo de exclusão educacional (Barros, 2015; Trevisol; Nierotka, 2016).

A literatura sobre universidades como instituições âncora identifica três mecanismos principais: gastos diretos com salários, bolsas, contratos e obras; atração de estudantes, servidores e famílias, com repercussões urbanas; e efeitos institucionais de longo prazo, vinculados à formação de quadros, à extensão e à produção de conhecimento. O presente estudo capta sobretudo os dois primeiros, mais observáveis em séries municipais anuais (Barbosa; Petterini; Ferreira, 2020; Hoff; Pereira; Paula, 2017; Nogueira, 2005).

Essa abordagem exige cautela. A chegada de uma universidade não substitui infraestrutura urbana, política econômica ou capacidade administrativa. Em regiões de baixa densidade institucional, a universidade pode gerar externalidades relevantes sem alterar integralmente a estrutura produtiva. A inferência precisa, portanto, distinguir impactos plausíveis de atribuições excessivas.

O contexto amazônico torna essa distinção ainda mais necessária. A interiorização universitária incide sobre territórios extensos, heterogêneos e marcados por desigualdades de mobilidade e acesso a serviços. Experiências anteriores de interiorização no Pará já evidenciaram repercussões sobre redes educacionais e sobre o trabalho docente, ainda que por canais graduais e mediados (Costa, 2014).

A UFOPA foi criada em 2009 a partir da reorganização de estruturas preexistentes e assumiu missão regional vinculada à inclusão social, à diversidade socioterritorial e ao desenvolvimento sustentável amazônico. Sua sede em Santarém concentra parte expressiva das atividades acadêmicas e administrativas, embora sua atuação alcance outros municípios do oeste paraense (UFOPA, 2019).

Santarém constitui recorte empiricamente justificável porque combina densidade institucional da universidade e centralidade regional

anterior à intervenção. O município já funcionava como polo de serviços, circulação e logística. Assim, os efeitos eventualmente detectados não devem ser tratados como consequência mecânica da UFOPA, mas como inflexões associadas à interação entre uma nova instituição federal e uma estrutura urbana previamente relevante.

Os dados institucionais da própria universidade indicam expansão de cursos, matrículas, orçamento, quadro docente e ações de extensão ao longo da década posterior à criação. Mais importante, a UFOPA se projeta sobre uma área extensa, marcada pela presença de povos indígenas, quilombolas e comunidades ribeirinhas. O caso possui, portanto, dimensão adicional de inclusão territorial e sociocultural. Santarém, por concentrar a estrutura acadêmica e administrativa central, constitui a principal porta de entrada para observar os efeitos mais imediatos dessa presença institucional (UFOPA, 2019).

A escolha do município também responde a um ponto cego da literatura. Apesar da relevância política da expansão universitária federal, ainda são raros estudos que examinam seus efeitos mediante séries temporais municipais longas. Trabalhos descritivos, análises institucionais e pesquisas qualitativas são indispensáveis para compreender a implantação, mas não bastam para testar se a trajetória de indicadores agregados se altera depois da intervenção. O caso da UFOPA permite enfrentar esse problema com um desenho empiricamente mais exigente.

3 DESENHO EMPÍRICO, VARIÁVEIS E LIMITES DA ESTRATÉGIA DE AVALIAÇÃO

A pesquisa adota desenho quantitativo, exploratório e descritivo, com modelos de séries temporais interrompidas aplicados a observações anuais entre 1999 e 2019. A intervenção é representada pela criação da UFOPA, em 2009. Para cada variável, estimam-se a tendência anterior, a mudança imediata de nível e a alteração de tendência no período posterior.

A série temporal interrompida é adequada para avaliar intervenções implementadas em momento institucionalmente definido quando experimentos controlados são inviáveis. O desenho permite testar descontinuidades e mudanças de inclinação, mas não elimina confundimento produzido por eventos concorrentes. Por isso, os

coeficientes são interpretados como associações temporalmente plausíveis, e não como prova causal definitiva (Bernal; Cummins; Gasparrini, 2017).

As variáveis foram organizadas em dois eixos. No eixo social, incluem-se internações hospitalares por residência (NUM_INT), funções docentes no ensino fundamental (FUN_DOC) e consumidores residenciais de energia elétrica (CON_ENE). No eixo econômico, utilizam-se vínculos formais de emprego (VIN_EMP), ISS deflacionado (ISS_DEF) e ICMS deflacionado (ICMS_DEF).

A seleção combina disponibilidade e proximidade substantiva. Internações captam uso e pressão sobre a rede de saúde; consumidores residenciais de energia funcionam como indicador de expansão urbana e adensamento domiciliar; funções docentes indicam possível repercussão sobre a educação básica. Emprego formal e receitas tributárias procuram captar dinamismo econômico e fiscal.

As proxies não possuem a mesma proximidade causal com a implantação universitária. Energia e demanda por serviços podem reagir mais rapidamente à atração de estudantes e servidores. Emprego, renda e arrecadação dependem de cadeias mais longas, conjuntura macroeconômica, estrutura produtiva e capacidade administrativa. A comparação entre resultados deve respeitar essa assimetria.

A utilização de ISS e ICMS exige cautela adicional. Não foi identificada série municipal de renda suficientemente estável e comparável para todo o período. As receitas tributárias constituem alternativas disponíveis, mas são influenciadas por mudanças normativas, inflação, fiscalização e composição setorial. Elas não medem isoladamente o impacto econômico da universidade.

Há dois limites centrais. Primeiro, 2009 é marco institucional claro, mas a implantação ocorreu de forma escalonada, à medida que cursos, prédios e quadros de pessoal se consolidaram. Segundo, Santarém foi afetada por choques nacionais e regionais ao longo da série. O modelo identifica inflexões relevantes; não autoriza atribuição monocausal.

A especificação do modelo considera o tempo, a intervenção e a interação entre ambos. Para cada variável, estimam-se a trajetória anterior a 2009, a eventual mudança imediata de nível e a alteração da inclinação no período posterior. Um coeficiente positivo de tendência pós-intervenção sugere aceleração da trajetória; uma mudança positiva

de nível indica salto imediatamente posterior ao marco institucional; coeficientes não significativos apontam manutenção do padrão anterior ou incapacidade estatística de detectar ruptura.

Há ainda restrições próprias das bases municipais. Séries anuais não captam variações sazonais ou temporalidades mais finas de implantação. Além disso, indicadores agregados não revelam dimensões qualitativas relevantes, como inovação, extensão universitária, produção científica aplicada, permanência estudantil ou mudança nas expectativas dos atores locais. O método é apropriado para identificar padrões gerais de inflexão, mas não esgota os mecanismos que explicam essas mudanças.

Tabela 1 – Variáveis selecionadas, dimensão analítica e interpretação substantiva

Variável	Eixo	Proxy empírica	Interpretação para o estudo
NUM_INT	Social	Internações hospitalares por residência	Capta mudanças de uso e pressão sobre a rede local de saúde, em contexto de atração populacional e reforço da centralidade regional.
FUN_DOC	Social	Funções docentes no ensino fundamental	Indica possível repercussão da universidade sobre o sistema local de educação básica, embora de forma indireta e mediada.
CON_ENE	Social	Consumidores residenciais de energia elétrica	Funciona como indicador de expansão urbana, adensamento residencial e aumento da demanda domiciliar no município.
VIN_EMP	Econômico	Vínculos formais de emprego	Busca captar a evolução do mercado de trabalho formal e seus possíveis efeitos diretos e indiretos associados à presença universitária.
ISS_DEF	Econômico	Arrecadação deflacionada de ISS	Proxy de dinamismo do setor de serviços, sensível à atividade econômica local, mas influenciada por fatores múltiplos.
ICMS_DEF	Econômico	Arrecadação deflacionada de ICMS	Proxy de dinamismo econômico mais amplo, fortemente condicionada à estrutura produtiva e comercial do território.

Fonte: Elaboração própria.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A leitura conjunta das séries e dos coeficientes mostra que a implantação da UFOPA não produziu um antes e depois uniforme. Algumas variáveis apresentam rupturas estatisticamente detectáveis; outras preservam sua trajetória anterior. O efeito territorial é seletivo e varia conforme a proximidade entre cada indicador e os fluxos populacionais associados à instituição.

No eixo social, NUM_INT apresenta resultado expressivo. A tendência de queda anterior a 2009 é substituída por mudança positiva de nível e de inclinação. O achado não deve ser interpretado como prova de piora das condições de saúde. Em um polo regional, o aumento das internações pode refletir crescimento populacional, intensificação do uso da rede assistencial e reforço da centralidade municipal.

A UFOPA atrai estudantes, técnicos, docentes e familiares e amplia a permanência de pessoas na cidade. Nesse contexto, a reconfiguração de NUM_INT é consistente com maior pressão sobre serviços públicos. O modelo não demonstra que a universidade seja causa exclusiva do movimento, mas indica associação territorial substantivamente plausível.

CON_ENE fornece a evidência mais robusta. O número de consumidores residenciais já crescia antes de 2009, mas a inclinação acelera fortemente depois da criação da universidade. O indicador traduz expansão de domicílios, demanda residencial e adensamento urbano. A mudança é compatível com intensificação da dinâmica demográfica e imobiliária associada à presença universitária.

Esse resultado converge com a literatura sobre instituições âncora. A universidade altera circuitos cotidianos de moradia, transporte, alimentação e serviços. Em cidades médias, tais efeitos podem tornar-se visíveis antes de ganhos mensuráveis de produtividade ou arrecadação.

FUN_DOC não apresentou ruptura estatisticamente significativa. A evidência é restrita: o número bruto de funções docentes no ensino fundamental não mudou de forma detectável. Isso não exclui efeitos qualitativos sobre formação de professores, extensão ou difusão de conhecimento, dimensões que o indicador não capta.

No eixo econômico, VIN_EMP cresce antes e depois de 2009, mas desacelera no período posterior. O resultado é compatível com a coexistência de algum efeito local e condicionantes macroeconômicos adversos. A universidade pode ter funcionado como amortecedor parcial, sem força para inverter tendências gerais do mercado de trabalho.

ISS_DEF e ICMS_DEF não apresentaram descontinuidades estatisticamente significativas. Ambas as séries respondem a composição setorial, comércio regional, fiscalização, mudanças legais e ciclos econômicos mais amplos. Esperar que a criação de uma universidade federal reconfigure isoladamente sua trajetória superestimaria o alcance causal da política.

Em conjunto, os resultados formam padrão coerente: efeitos mais claros nas dimensões demográfico-urbana e de saúde; sinal intermediário no emprego formal; ausência de ruptura detectável em educação básica e arrecadação tributária. A hipótese da pesquisa se confirma de modo parcial e diferenciado.

A principal implicação analítica é rejeitar leituras maximalistas. Métricas tradicionais de desenvolvimento podem subcaptar transformações territoriais relevantes. Ao mesmo tempo, a universidade não substitui políticas urbanas, sociais e econômicas complementares. Sua presença cria oportunidades e pressões que exigem coordenação estatal.

Tabela 2 – Síntese interpretativa dos resultados dos modelos de séries temporais intertemporais

Variável	Tempo pré-2009	Mudança de nível	Mudança de tendência	Leitura substantiva
NUM_INT	-655,68*	2.585,81*	811,27*	Reconfiguração significativa da série de internações, compatível com maior pressão e uso da rede local de saúde em contexto de atração populacional.
FUN_DOC	21,43	96,72	-15,83	Sem ruptura estatisticamente detectável no número de funções docentes do ensino fundamental.
CON_ENE	1.485,46*	-1.956,00	4.003,49*	Aceleração robusta da expansão residencial e urbana após a criação da UFOPA.
VIN_EMP	2.001,05*	2.966,07	-1.031,84*	Mercado formal continua crescendo, mas em ritmo inferior no pós-2009, sob mediação de fatores macroeconômicos.
ISS_DEF	2.103.860,46*	-54.493,27	768.341,72	Trajetória ascendente sem descontinuidade associável à universidade.
ICMS_DEF	4.272.921,21*	-10.465.583,83	-1.129.799,72	Série dominada por dinâmicas estruturais e comerciais mais amplas que o efeito isolado da universidade.

Fonte: Elaboração própria.

Nota: * coeficiente estatisticamente significativo ao nível de 1%.

5 ESCALA, LIMITES ANALÍTICOS E IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

A escala de observação altera a própria natureza do impacto percebido. Em escala institucional, a UFOPA pode ser examinada por cursos, matrículas, assistência estudantil, extensão e produção científica. Na escala municipal, aparecem urbanização, moradia, energia, serviços e emprego. Na escala regional, tornam-se relevantes a circulação de estudantes, a redistribuição territorial de oportunidades e a formação de quadros para municípios do entorno. Em escala amazônica mais ampla, a universidade adquire função estratégica de produção de conhecimento situado e de presença estatal em uma área historicamente subatendida.

O artigo trabalhou deliberadamente na escala municipal porque Santarém concentra a presença material da universidade e oferece séries históricas comparáveis. Essa escolha fortalece a observação estatística, mas impõe cuidado interpretativo. Um efeito não detectado no município não significa ausência de relevância regional; da mesma forma, uma inflexão forte em Santarém não pode ser projetada automaticamente para toda a área de abrangência da UFOPA. Em políticas territoriais complexas, alterar a escala sem explicitar a mudança costuma produzir inferências indevidas.

Essa discussão permite compreender por que a universidade pode ser simultaneamente decisiva como política pública e limitada como fator econômico isolado. Em termos regionais e socioterritoriais, sua relevância é elevada: amplia acesso, fixa capacidades, fortalece centralidade e produz presença institucional permanente. Em termos fiscais e produtivos estritos, seus efeitos podem ser apenas parciais diante do peso de estruturas econômicas mais amplas. As duas afirmações são compatíveis. O modo como a UFOPA importa depende da dimensão observada e do tipo de indicador mobilizado.

Também é necessário considerar que Santarém já exercia centralidade regional antes de 2009. A universidade não criou um polo urbano a partir do zero; inseriu-se em uma estrutura preexistente de comércio, serviços, transporte e administração pública. Essa interação ajuda a explicar por que variáveis residenciais e de uso de serviços respondem com maior nitidez do que indicadores tributários ou de

emprego. A interiorização reforça e redireciona dinâmicas anteriores, mas não substitui a história econômica do território.

A especificidade amazônica do custo de acesso à educação superior aprofunda esse argumento. Em muitas regiões, a distância até a universidade constitui obstáculo relevante; na Amazônia, ela pode se converter em barreira quase absoluta, dadas as limitações de transporte, os custos de deslocamento e a rarefação da infraestrutura urbana. A presença de uma universidade federal em Santarém não apenas amplia a oferta educacional. Ela altera a geografia das oportunidades e reduz fricções territoriais que restringem o acesso de grupos historicamente afastados do ensino superior (Barros, 2015; Trevisol; Nierotka, 2016).

A relação entre universidade e mercado imobiliário merece investigação específica. Embora o estudo não disponha de séries de aluguel, preço da terra urbana ou expansão de loteamentos, a aceleração do número de consumidores residenciais de energia é compatível com adensamento habitacional e aumento da demanda domiciliar. Em cidades médias, a consolidação de polos universitários tende a repercutir sobre moradia estudantil, residências destinadas a docentes e técnicos e serviços urbanos de suporte. O indicador energético não prova esse mecanismo, mas oferece sinal consistente de transformação urbana incremental.

A centralidade regional de Santarém também afeta a leitura das interações hospitalares. O município já exercia função assistencial relevante para sua área de influência. Com a ampliação dos fluxos e da permanência populacional, a pressão sobre a rede local pode crescer sem que isso autorize uma inferência simplista do tipo universidade-gerou-doença. O resultado mais rigoroso é outro: a criação da UFOPA coincide com reconfiguração da demanda sobre um serviço público sensível à densidade demográfica e à polarização regional.

O primeiro limite do estudo decorre da própria intervenção. A lei de criação é um marco inequívoco, mas a implantação universitária constitui processo cumulativo. Cursos, obras, matrículas e quadros de pessoal se expandem em ritmos distintos. O segundo limite envolve fatores concorrentes. A série inclui crescimento econômico, desaceleração nacional, crise fiscal e mudanças setoriais. Sem grupo de controle ou estratégia comparativa mais forte, não é possível excluir explicações alternativas para todas as inflexões observadas.

O terceiro limite está nas proxies. Energia residencial não distingue tipos de domicílio; internações medem utilização da rede, não qualidade assistencial; vínculos formais ignoram informalidade; ISS e ICMS são sensíveis a alterações normativas e administrativas. Esses limites não anulam os resultados, mas delimitam sua utilidade. A interpretação precisa permanecer vinculada ao alcance efetivo de cada indicador e evitar extrapolações que a base empírica não sustenta.

Do ponto de vista do planejamento regional, o caso evidencia externalidades que ultrapassam o setor educacional. A universidade reordena fluxos territoriais, reforça a função polarizadora da cidade-sede e torna visíveis as insuficiências de políticas fragmentadas. Quando o Estado interioriza a educação superior sem ampliar, em ritmo compatível, infraestrutura urbana e capacidade de gestão local, o ganho de acesso pode ser acompanhado por novas pressões sobre saúde, habitação, mobilidade, saneamento e serviços básicos.

Esse problema é particularmente relevante na Amazônia, onde a urbanização se estrutura por forte assimetria entre polos e áreas de influência. A interiorização pode reduzir desigualdades de acesso e, simultaneamente, reescalonar desigualdades intrarregionais, concentrando funções em cidades que recebem novos equipamentos públicos. A resposta racional não é negar a política, mas governar seus efeitos: articular universidade e municípios do entorno, fortalecer permanência estudantil, acompanhar gargalos urbanos e combinar avaliação educacional com indicadores territoriais.

A agenda futura de pesquisa deve avançar em três direções. A primeira é comparativa: confrontar Santarém com municípios semelhantes ou empregar modelos em painel e controle sintético. A segunda é qualitativa: reconstruir mecanismos por meio de entrevistas com gestores, estudantes, docentes, profissionais de serviços públicos e atores econômicos. A terceira é informacional: incorporar dados sobre mercado imobiliário, mobilidade, egressos, extensão, permanência estudantil e composição social do alunado. Essas estratégias podem separar com maior precisão associação temporal, mecanismo causal e efeito regional.

6 CONCLUSÃO

A criação da UFOPA associou-se a efeitos territoriais seletivos em Santarém. As mudanças mais consistentes ocorreram em consumidores residenciais de energia e internações hospitalares, variáveis sensíveis à intensificação de fluxos populacionais e urbanos. Emprego formal apresentou resultado intermediário; funções docentes, ISS e ICMS não exibiram rupturas equivalentes.

A conclusão corrige dois exageros: a ideia de que a simples instalação de uma universidade produz desenvolvimento amplo e imediato e a leitura oposta, segundo a qual a ausência de ganhos fiscais rápidos tornaria a política irrelevante. A UFOPA importa, mas por canais desiguais e condicionados pela estrutura regional.

Para a gestão pública, a lição é objetiva. A expansão universitária na Amazônia deve ser acompanhada por políticas urbanas, sociais e econômicas complementares e por monitoramento contínuo. A universidade constitui infraestrutura estratégica de presença estatal, mas não substitui planejamento territorial nem coordenação federativa.

Metodologicamente, as séries temporais interrompidas permitiram superar comparações impressionistas e identificar inflexões plausíveis. Seus limites permanecem claros: implantação escalonada, choques concorrentes e proxies incompletas. Pesquisas comparativas e qualitativas são necessárias para explicar com maior precisão em quais condições universidades federais alteram territórios amazônicos.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. P.; PETTERINI, F. C.; FERREIRA, R. T. Política de expansão das universidades federais: é possível potencializar os impactos econômicos? **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 24, n. 1, p. 1-24, jan./fev. 2020. DOI: 10.1590/1982-7849rac2020190230. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/kbtygY3wsfgCk3NyP98f9ZP/>. Acesso em: 10 jun. 2026.
- BARROS, A. S. X. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, abr./jun. 2015. DOI: 10.1590/ES0101-7330201596208. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGJT56LBxz9VCD Cp7gr86Tf/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

BERNAL, J. L.; CUMMINS, S.; GASPARRINI, A. Interrupted time series regression for the evaluation of public health interventions: a tutorial. **International Journal of Epidemiology**, Oxford, v. 46, n. 1, p. 348-355, Feb. 2017. DOI: 10.1093/ije/dyw098. Disponível em: <https://academic.oup.com/ije/article/46/1/348/2622842>. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012**. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/sesu/pdf/destaques/analise_expansao_universidade_federais_2003_2012.pdf. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014**. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/sesu/pdf/arquivos/balanco_social_sesu_2003_2014.pdf. Acesso em: 10 jun. 2026.

CARMO, A. F.; ALMEIDA, J. E.; QUEIROZ, D. K. Interiorização do ensino superior e o desenvolvimento regional brasileiro: uma revisão de literatura. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, [s. l.], v. 24, n. 3, p. 607-624, 2023. DOI: 10.35701/rcgs.v24.895. Disponível em: <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/895>. Acesso em: 10 jun. 2026.

COSTA, M. R. S. **As repercussões da interiorização da UFPA no trabalho dos docentes da rede estadual de ensino no Pará nas décadas de 1980 e 1990**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/bitstreams/b9389e2f-71bd-4185-ba43-3a7e37365582/download>. Acesso em: 10 jun. 2026.

DOURADO, L. F. **A interiorização do ensino superior e a privatização do público**. Goiânia: Editora da UFG, 2001.

HOFF, D. N.; PEREIRA, C. A.; PAULA, L. G. N. O impacto da universidade pública no desenvolvimento regional sob a luz da literatura internacional. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, p. 510-527, jan./abr. 2017. DOI: 10.17058/redes.v22i1.5915. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/redes/article/view/5915>. Acesso em: 10 jun. 2026.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. (Texto para Discussão, n. 358). Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20358.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2026.

NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

TREVISOL, J. V.; NIEROTKA, R. L. Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 22-32, jan./jun. 2016. DOI: 10.1590/1414-49802016.00100003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/TJkmTvBNS5tr3TPXQtvbRMs/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

UFOPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufopa: 2019-2023**. Santarém: UFOPA, 2019. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proplan/documentos/2020/766ea1d5a36f6bde3acdc4b46199218e.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2026.

UNESCO. **2009 World Conference on Higher Education: the new dynamics of higher education and research for societal change and development: communiqué**. Paris: UNESCO, 2009. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183277>. Acesso em: 10 jun. 2026.